



ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024

1
2
3
4
5 Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, quarta-feira, às quatorze horas e
6 cinquenta minutos, reuniu-se o Conselho Municipal de Educação no auditório da Secretaria de
7 Educação de Camaragibe, sob a Presidência de Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos. Registraram
8 presença. Suely Beltrão, Maria Ieda Nogueira, Aiza Arôxa Fernandes, Noêmia Epifânio da Silva,
9 Viviane de Bona, Cíntia Carla do Nascimento da Silva, Jeanne Lopes Cabral - Titulares; Luiz Paulo
10 Ferreira do Amaral, Rosineide Cabral da Silva Souza, Ilma Gomes Ramos, Luzivânia Maria Lourenço
11 Rodrigues e Josenilda Batista Alves - Suplentes. Justificou a ausência, Júlio Antão Venâncio Filho. A
12 presidente deu início à reunião, solicitando a leitura da ata referente ao dia 15 de maio de 2024, a
13 qual foi aprovada. Em seguida, propôs a alteração da data da próxima reunião, inicialmente marcada
14 para 17 de julho de 2024, uma vez que coincide com o período de recesso para a maioria, após
15 discussão, os conselheiros decidiram, por unanimidade, que a nova data da reunião seria no dia 31
16 de julho de 2024. A presidente informou que a assessora da União Nacional dos Conselhos
17 Municipais de Educação (UNCME) entrou em contato com ela para discutir sobre o encontro e lhe
18 passou um questionário, que precisou repassar para a conselheira Jeanne Lopes Cabral, pois nele
19 foram solicitadas informações sobre outros conselhos, além de questionar o pagamento das taxas.
20 Maria Ieda Nogueira pergunta o objetivo do questionário em relação ao encontro, e a presidente
21 responde que é devido às mensalidades referente ao Conselho, e que se estiverem em dia com suas
22 obrigações o curso online custará 150 reais; caso contrário o valor será maior. Jeanne Lopes Cabral
23 informa que já repassou para o financeiro. Logo após, a presidente também abordou uma questão
24 que surgiu durante a reunião do Educacenso realizada no dia anterior. O questionamento refere-se à
25 forma de registrar no censo quem atualmente é responsável pelas escolas, considerando que antes
26 essa responsabilidade era atribuída ao Estado. A presidente esclareceu que, atualmente, o município
27 é o responsável e que essa informação foi então repassada a Maria Simone Xavier Santos, que é a
28 coordenadora municipal do Censo Escolar. Posteriormente, a presidente mencionou que a portaria
29 de nomeação já está pronta e será encaminhada aos conselheiros. A conselheira Maria Ieda
30 Nogueira expressou seu interesse em realizar uma reunião com a Câmara do Ensino Fundamental
31 para discutir a estrutura da resolução. Em seguida, a conselheira Aiza Arôxa Fernandes abordou o
32 processo da minuta da resolução do Ensino Fundamental, explicando que ainda não havia
33 conseguido apresentá-la devido à falta de discussão interna. A primeira parte da resolução foi
34 concluída na última reunião da câmara, e as dúvidas relacionadas à Educação Especial e ao Ensino
35 de Jovens e Adultos foram esclarecidas. Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos também mencionou
36 que discutiu com Júlio Antão Venâncio Filho a inclusão da Educação Especial na resolução do
37 Ensino Fundamental. Além disso, ela visitou o departamento de Educação Especial para garantir que
38 as informações estivessem corretas, e os responsáveis revisaram e forneceram ainda mais
39 documentos para estudo. Na sequência, a conselheira Viviane de Bona destaca que a Educação
40 Especial é um item presente na resolução da Educação Infantil e não deve ser considerada
41 separadamente. Essa abordagem abrange as três etapas educacionais, e o objetivo é garantir como
42 ela será atendida e incorporada nessas etapas. Em última análise, Aiza Arôxa Fernandes concluiu
43 que, após o trabalho das relatoras, Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos e Noêmia Epifânio da
44 Silva, em busca de material, um sexto capítulo foi incluído na minuta da resolução para a Educação
45 Especial. Como conselheira, ela enfatiza a importância do conselho adotar uma abordagem séria e

46 focada nas resoluções, especialmente nos capítulos relacionados à educação especial. Pois, no
47 município, não há respaldo suficiente, o que torna difícil lidar com os casos concretos. Ana Paula
48 Siqueira Gouveia dos Santos ressalta que, durante a última reunião com o secretário, ao abordarem a
49 questão da inclusão nas escolas, depararam-se com problemas seríssimos. Os estudantes que
50 atualmente não contam com estagiários não poderão ter mais estagiários contratados, pois o
51 número de estagiários já ultrapassou o limite estabelecido. Ela enfatiza que se está estabelecido
52 como uma normativa, deve-se garantir que a criança tenha acesso à escola. A conselheira Maria Ieda
53 Nogueira destaca que um dos principais desafios na instituição dos conselhos municipais de
54 educação dentro de um sistema está relacionado à normatização. Ressalta também que a
55 elaboração de uma resolução não é simples e não se trata apenas de uma instrução normativa; esta
56 que é de competência da secretaria. Além disso, Ieda enfatiza que o conselho não deve interferir no
57 papel da secretaria, mas sim desempenhar seu próprio papel, elaborando seus documentos e
58 resoluções de acordo com um modelo padrão. Por fim, a presidente apresenta uma nova conselheira
59 e concede a palavra para que ela se apresente. A conselheira Suely Beltrão se apresenta,
60 mencionando que é professora da rede e expressa sua satisfação com a primeira reunião. Por
61 último, Viviane atualiza sobre o andamento dos trabalhos da câmara de Educação Infantil. Ela pede
62 desculpas pela ausência geral de sua câmara na reunião anterior, explicando que todos tiveram
63 situações particulares que impossibilitaram a participação. Viviane de Bona afirma que, no processo
64 de construção da resolução, o estudo de documentos legais foi listado como uma das prioridades.
65 Inicialmente, realizou-se um estudo com base nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil,
66 discutindo a concepção de infância e as orientações da diretriz para a elaboração da proposta
67 pedagógica, considerando todas as questões relacionadas às crianças e à esta etapa da Educação
68 Básica. Além disso, ela menciona que, a partir desse estudo, foi convidada a falar com os diretores
69 hoje pela manhã, pois está ocorrendo o processo de reformulação da proposta pedagógica do
70 município. Em um segundo momento, houve uma apresentação feita por Luiz Paulo, que abordou a
71 construção e o estado atual do processo de revisitação da proposta já aprovada pelo Conselho.
72 Como relatora, juntamente com a conselheira Josenilda, Viviane começou a adequar a resolução da
73 Câmara de Educação Infantil levando também em consideração a resolução do Estado N.1 de 2022.
74 Hoje, será apresentado o primeiro esboço da minuta da resolução na reunião da Câmara. Por fim, ela
75 reconhece que a resolução estadual na qual estão se baseando possui algumas lacunas, apesar de
76 ser um documento atento ao que está proposto pelos documentos orientadores atualmente. Nada
77 mais havendo a tratar, a Presidente, Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos, encerrou a reunião às
78 dezesseis horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, Geonice Rafaela da Silva Ramos Batista,
79 Secretária, lavrei a presente ata, que, após aprovada, será assinada por mim e pela Presidente, bem
80 como por todos os conselheiros presentes.